

GUIA DO DESAFIO

HACKATHON STS 2026 | SIARÁ TECH SUMMIT

O desafio do Hackathon é:

Como podemos estruturar o conhecimento sobre elegibilidade da Lei do Bem em um sistema de apoio à decisão que permita à equipe interna de P&D do BNB conduzir análises preliminares de enquadramento com segurança técnica e rastreabilidade defensável, de modo a reduzir a dependência de consultoria externa, considerando a complexidade normativa relacionada e a necessidade de padronização entre múltiplos projetos?

Um pouco de contexto

Existe uma lei que dá desconto no imposto para empresas que fazem pesquisa e inovação. Para ter o desconto, a empresa precisa provar que o projeto dela é mesmo pesquisa, e não trabalho de rotina.

Fazer essa prova é difícil. As regras estão espalhadas em documentos longos e complicados. Hoje, o time do Banco do Nordeste precisa contratar uma consultoria toda vez que quer avaliar um projeto novo.

Seu desafio: criar uma ferramenta que ajude esse time a fazer essa avaliação sozinho, com segurança, e que deixe registrado o motivo de cada decisão.

PARTE 1 | ENTENDENDO A LEI DO BEM

O que é

A Lei do Bem é uma lei brasileira de 2005. Ela funciona assim: se uma empresa gasta dinheiro fazendo pesquisa e desenvolvendo coisas novas, ela paga menos imposto.

A ideia por trás é simples. O governo quer que empresas inovem. Então dá um desconto para quem inova.

A parte complicada

O desconto é automático. A empresa não precisa pedir autorização, nem participar de edital, nem esperar aprovação. Ela simplesmente aplica o desconto e pronto.

Mas existe uma contrapartida. Todo ano, a empresa precisa explicar ao governo o que fez. E, se o governo achar que aquilo não era pesquisa de verdade, ele pode cobrar o imposto de volta.

Ou seja: a empresa decide sozinha, mas responde depois. É por isso que decidir certo importa tanto.

O que conta como pesquisa e o que não conta

Essa é a pergunta central de todo o desafio. A lei só dá desconto para o que ela chama de desenvolvimento experimental, que é quando alguém tenta resolver um problema técnico sem saber se vai conseguir.

Alguns exemplos para pegar a lógica. São ilustrativos, e a decisão real sempre depende de análise técnica.

Situação	Provavelmente é pesquisa?
A equipe tenta criar um modelo que preveja algo que hoje ninguém consegue prever, e não sabe se vai funcionar	Sim. Existe incerteza técnica real
A equipe desenvolve um método novo para resolver um problema que não tem solução pronta no mercado	Sim. Está criando conhecimento
A equipe compra um software pronto e configura para usar no banco	Não. A solução técnica já existia
A equipe corrige erros de um sistema que já funciona	Não. Isso é manutenção
A equipe roda o processo do dia a dia, como sempre rodou	Não. Isso é operação

PARTE 2 | O PROBLEMA

Um dia no time de P&D do Banco do Nordeste

Imagine um analista da equipe de Pesquisa e Inovação do banco. Chega até ele um projeto novo, tocado por outra área. Ele precisa responder a uma pergunta: esse projeto dá direito ao desconto da Lei do Bem?

Para responder, ele teria que consultar cinco documentos diferentes, todos longos e escritos em linguagem técnica: o Manual de Frascati, o Guia da Lei do Bem, uma instrução normativa do ministério, um decreto e outras normas relacionadas.

Na prática, para dar esse veredito, ele conta com o apoio de uma consultoria externa, que analisa o projeto e devolve um parecer. Isso acontece a cada projeto novo. E acontece de novo no projeto seguinte.

Por que isso é um problema

Custa dinheiro	Toda análise precisa de consultoria. É um custo que se repete o ano inteiro
Demora	O que poderia levar horas leva dias
Não é consistente	Dois projetos parecidos podem receber respostas diferentes, dependendo de quem analisou
Fica difícil explicar depois	Não há um registro claro do porquê de cada decisão. E o governo pode perguntar anos depois

A causa raiz

A informação existe. Ela só não está em um formato que o analista consiga usar no dia a dia. Isso muda tudo na hora de pensar a solução. Não adianta criar mais um lugar onde ler as normas. Elas já estão disponíveis. **O que falta é transformar essas regras em um caminho que o analista consiga percorrer, respondendo perguntas e chegando a uma conclusão que ele consegue justificar.**

PARTE 3 | O QUE EXATAMENTE VOCÊS VÃO RESOLVER

A pergunta oficial do desafio

Como podemos estruturar o conhecimento sobre elegibilidade da Lei do Bem em um sistema de apoio à decisão que permita à equipe interna de P&D do BNB conduzir análises preliminares de enquadramento com segurança técnica e rastreabilidade defensável, de modo a reduzir a dependência de consultoria externa, considerando a complexidade normativa relacionada e a necessidade de padronização entre múltiplos projetos?

A mesma pergunta, em português claro

Como criar uma ferramenta que ajude o analista do banco a decidir, sozinho e com segurança, se um projeto dá direito ao desconto da Lei do Bem, e que registre o motivo da decisão de um jeito que dê para explicar depois?

O que a solução não deve fazer

- Decidir sozinho. A ferramenta apoia o analista, ela não substitui o julgamento dele.
- Prometer substituir a consultoria por completo. O objetivo é reduzir a dependência, não eliminá-la.
- Se conectar aos sistemas internos do banco. Isso fica para o futuro e não faz parte da entrega de um MVP de hackathon.
- Ser um questionário solto. A análise deve nascer do material do projeto, não de perguntas respondidas de memória pelo analista.

Esse é o erro mais comum. A vontade de apresentar uma inteligência artificial que decide tudo sozinho é grande, mas o proponente pediu o contrário. Uma solução que tira o analista da decisão perde pontos.

O que precisa estar pronto no fim dos três dias

Um protótipo navegável. Ou seja, algo que a banca consiga usar na frente dela: entrar com os dados de um projeto de mentira, percorrer o fluxo até o fim e ver o documento sair na outra ponta.

Não precisa estar bonito nem completo. Precisa funcionar de ponta a ponta em pelo menos um caminho.

PARTE 4 | AS TRÊS DECISÕES DIFÍCEIS DO ANALISTA

Se a sua ferramenta ajudar nestas três decisões, ela está resolvendo o problema certo.

Decisão 1. É pesquisa ou é rotina?

O analista precisa separar nos projetos, o que foi tentativa de resolver algo incerto e o que foi apenas aplicar algo que já se sabia fazer.

Uma forma prática de testar isso é fazer cinco perguntas. Elas vêm do Manual de Frascati, que é a referência internacional para definir o que é pesquisa. Se a resposta for sim para todas, provavelmente é pesquisa.

Pergunta	O que ela quer saber
Era novo?	Buscava um resultado que ainda não existia ou não era conhecido
Foi criativo?	Partiu de uma ideia ou hipótese própria, e não de um manual
Havia incerteza?	Ninguém sabia de antemão se ia funcionar, nem quanto custaria
Foi organizado?	Teve método, planejamento e registro, não foi tentativa e erro solto
Dá para reproduzir?	O conhecimento gerado pode ser transferido e o resultado repetido

Decisão 2. Como provar que não era rotina?

Não basta dizer que houve pesquisa. É preciso demonstrar que aquilo não era trabalho comum do dia a dia.

Isso é chamado de prova negativa de não rotina, e é difícil porque exige provar uma ausência. É como ter que provar que algo não é fácil. Precisa de argumento estruturado e de evidência, não de opinião.

Decisão 3. Como deixar registrado para daqui a três anos?

A fiscalização pode acontecer bem depois, e quem for responder talvez nem tenha participado da análise original.

Por isso, cada decisão precisa deixar rastro. Um bom registro responde a três perguntas:

- Qual regra foi usada para decidir isso?
- Qual informação do projeto sustenta essa decisão?
- Quem decidiu, e quando?

No material do banco esse registro aparece com o nome de dossiê. É só um jeito formal de dizer: a pasta com tudo o que explica a decisão.

PARTE 5 | COMO SUA SOLUÇÃO SERÁ AVALIADA

Além dos critérios da banca previstos no edital, o Banco do Nordeste vai olhar para quatro coisas específicas. Use isto como checklist antes do pitch.

1	O fluxo de avaliação cobre as regras que importam?
2	O documento gerado no final é claro e dá para defender diante de uma fiscalização?
3	A ferramenta reduz o tempo de análise em comparação com o processo de hoje?
4	Uma pessoa sem conhecimento profundo das normas consegue usar o sistema?

PARTE 6 | O QUE PODE E O QUE NÃO PODE

Regra	Na prática
Dados fiscais são sigilosos	A solução não pode guardar nem enviar dados fiscais identificáveis para fora de um ambiente controlado
A massa de dados é confidencial	Os dados entregues no briefing são fictícios, mas parecidos com casos reais. Não podem sair do evento
LGPD	Se a solução tratar dados de pessoas, precisa respeitar a Lei Geral de Proteção de Dados
Sem acesso aos sistemas do banco	Vocês trabalham só com os dados de mentira entregues no primeiro dia
Propriedade intelectual	O proponente informou que a propriedade das soluções será do Banco do Nordeste. As condições finais são as que constarem do edital

E depois do evento?

O banco informou que vai avaliar formas de levar adiante as soluções e que tem orçamento para publicar editais de compra pública de soluções inovadoras. Isso significa que o desafio tem possibilidade real de continuidade e pode não terminar no hackathon.

PARTE 7 | MATERIAIS E MENTORIA

O que vocês recebem no primeiro dia

- Manual de Frascati, da OCDE.
- Guia da Lei do Bem, do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.
- Instrução normativa e decreto que regulamentam a lei.
- Uma massa de dados fictícia, no formato dos relatórios reais do banco.

Use como consulta, para checar um ponto específico quando precisar.

Quer chegar preparado?

Se quiser dar uma olhada antes, a página oficial da Lei do Bem no site gov.br/mcti tem guias e um resumo em linguagem acessível. Meia hora de leitura já dá uma boa base.

Mentoria

Três especialistas do Banco do Nordeste estarão disponíveis durante o hackathon para tirar dúvidas: Luciano Cabral Rôla Neto, Ronaldo Falcão Ribeiro e José Alzir Bruno Falcão. Os horários constam da programação.

Como aproveitar bem

Não gaste a mentoria perguntando o que está no material. Isso vocês leem sozinhos.

Pergunte o que só quem vive o problema sabe responder: onde ele trava, o que já tentou, o que faria ele confiar em uma ferramenta dessas.

PARTE 8 | PERGUNTAS PARA DESTRAVAR SUA EQUIPE

Se a equipe empacar, volte a estas perguntas. Elas não têm resposta certa.

- Quem é a pessoa que vai abrir essa ferramenta na segunda de manhã, e o que ela sabe hoje?
- O que faria ela desistir no meio do caminho?
- Como guiar alguém até uma conclusão sem decidir por essa pessoa?
- O que a ferramenta faz quando a resposta é duvidosa, e não claramente sim ou não?
- O que precisa estar escrito para alguém entender essa decisão daqui a três anos?
- As regras mudam com o tempo. Como atualizar a ferramenta sem refazer tudo?
- Qual é a menor versão disso que ainda mostra a ideia funcionando do início ao fim?
- O que vale construir de verdade nos três dias, e o que vale só apresentar como próximo passo?

GLOSSÁRIO

Os termos que vocês vão ouvir, explicados de forma direta.

Termo	O que quer dizer
Desenvolvimento experimental	Tentar resolver um problema técnico sem ter certeza de que vai dar certo. É isso que a lei considera pesquisa
Dispêndio	Gasto. No caso, os gastos que entram na conta do desconto
Dossiê	A pasta com tudo o que explica e sustenta uma decisão
Elegibilidade	Se um projeto se encaixa ou não nas regras para receber o benefício
FORMP&D	Formulário que a empresa envia todo ano ao ministério contando o que pesquisou
Frascati	Manual internacional que define o que é e o que não é pesquisa
Glosa	Quando o governo rejeita um valor declarado e cobra o imposto de volta
Lei do Bem	A lei de 2005 que dá desconto de imposto para empresas que fazem pesquisa e inovação
MCTI	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. É quem analisa os projetos
Prova de não rotina	Demonstrar que aquilo não era trabalho comum do dia a dia
Rastreabilidade	Conseguir reconstruir depois como e por que uma decisão foi tomada
Receita Federal	É quem fiscaliza a parte fiscal e pode cobrar o imposto de volta